



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 08/09/2014
(Contém folhas)

ATA Nº 18

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:

Vereador: Jorge Alves Custódio (PSD)

Vereador: João dos Santos Alves (PSD)

Vereador: Isabel Alexandra dos Santos Tomé (PSD)

Vereador: Carlos Manuel Nunes Alegre (PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente: José Alberto Pacheco Brito Dias (PSD)

Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 08/09/2014

ATA Nº 18

----- Aos oito dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 25 de agosto de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Senhor Vice-Presidente informou o restante Executivo que, a convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves, esteve presente nas comemorações dos 900 anos daquele Município, celebradas ontem, dia do seu feriado municipal e que o referido evento contou com a presença do Sr. Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva. -----

----- O Senhor Vice-Presidente informou o restante Executivo que, à semelhança dos anos transatos, terá lugar hoje, no Salão Nobre dos Paços do Município, a receção de boas



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

vindas aos Professores do Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, que darão início à sua atividade do ano escolar 2014/2015 no corrente mês. -----

Comissão de Melhoramentos de Camba **Voto de Louvor à Câmara Municipal**

----- Foi presente um e-mail da Comissão de Melhoramentos de Camba, datado de 02 de setembro de 2014, a comunicar que em reunião geral realizada no dia 11 de agosto, foi aprovado por unanimidade um voto de louvor à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pelo apoio que tem prestado na realização dos melhoramentos feitos naquela localidade. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 05 de setembro de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.814.550,18 € (um milhão, oitocentos e catorze mil quinhentos e cinquenta euros e dezoito cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 248.877,76 € (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete euros e setenta e seis cêntimos) num total de 2.074.454,10 € (dois milhões setenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e dez cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Participação Variável no IRS **- Proposta do Senhor Presidente**

----- Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, atenta a Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 01/11, e do disposto no artigo 26º daquela Lei, que refere: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- "1 - Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do nº 2 do artigo 69º. -----

----- 2 - A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

----- 3 - A ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios. -----

----- 4 - Nas situações referidas no número anterior, ou caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no nº 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida no nº 1, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes. -----

----- 5 - A inexistência da dedução à coleta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na percentagem deliberada pelo município. -----

----- 6 - Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos. -----

----- 7 - O percentual e o montante da participação variável no IRS constam da nota de liquidação dos sujeitos passivos deste imposto." -----

----- O percentual de participação do IRS de 2014, a liquidar em 2015, que se considera adequado ao equilíbrio financeiro do Município é de 5%. Assim sendo, **proponho a fixação da percentagem de 5% respeitante à participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Pampilhosa da Serra**, a qual carece de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc), do nº 1 do artigo 33º e alínea c), do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar a proposta, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal. --

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.3 – Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para 2014 a liquidar em 2015 - Proposta do Senhor Presidente

----- Atento o disposto na alínea a) do artigo 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, atenta a Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 01/11, que refere: --

----- *“Constituem receitas dos municípios: -----*

----- *a) O produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), sem prejuízo do disposto na al. a) do nº 1 do art. 23º (que menciona que constituem receitas das freguesias: a) o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. (...)).-----*

----- (...)” -----

----- Considerando o disposto no nº 1 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) que refere: -----

----- *“1 - As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes: -----*

----- *a) prédios rústicos: 0,8% -----*

----- *b) (Revogada) - art. 204º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12.” -----*

----- *c) Prédios urbanos: de 0,3% a 0,5% (Redação da Lei nº 83-C/2013, de 31/12).-----*

----- E o disposto no nº 5 do mesmo artº. 112º do CIMI onde se lê: *“ 5 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº 1, podendo esta ser fixada por freguesia.” -----*

----- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea d), do nº 1 do art. 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) sobre prédios urbanos para 2014, a aplicar no ano de 2015, em 0,3%.** -----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4º do artº 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.4 – Proposta de Isenção Parcial relativamente à Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) nas Zonas das Freguesias do Concelho, onde estão



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

inseridos Prédios Urbanos com Afetação Industrial para 2014, a liquidar em 2015, como medida de combata à desertificação
- Proposta do Senhor Presidente

----- De acordo com o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3/09, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 1/11) constituem receitas dos municípios (entre outros) o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), com a ressalva relativa a constituir receita das freguesias o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. -----

----- Dispondo os municípios de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, podem conceder isenções e benefícios fiscais, através de deliberação fundamentada da Assembleia Municipal mediante proposta da Câmara Municipal. -----

----- Referindo o nº 2 do art. 16º daquele diploma que *"a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios"*.-----

----- O nº 3 do mesmo artigo refere que *"Os benefícios fiscais referidos no número anterior não podem ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal"*.-----

----- E o nº 9 daquele artigo 16º refere que: *"Nos termos do princípio da legalidade tributária as isenções totais ou parciais previstas no presente artigo apenas podem ser concedidas pelos municípios quando exista lei que defina os termos e condições para a sua atribuição"*.-----

----- Ora, de acordo com o elemento literal, para que os municípios concedam isenções, totais ou parciais, torna-se necessário que a lei defina os termos e condições para essa atribuição, estando pois essa concessão condicionada a tal pressuposto básico. -----

----- Assim, ao abrigo do disposto no número 6 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI): -----

----- *"6 - Os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto."* -----

----- Pelo que, -----

----- Considerando que o concelho de Pampilhosa da Serra sofre um preocupante fenómeno de desertificação com um impacto significativo na economia local; -----

----- Considerando que é fundamental a criação de dinâmicas de desenvolvimento económico que permitam a fixação da população e que a indústria é um instrumento



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

fundamental e potenciador da criação de postos de trabalho e, consequentemente, de fixação de pessoas; -----

----- Considerando que o Município tem vindo a desenvolver um conjunto de esforços no sentido de captar investimentos e empresas para o concelho de Pampilhosa da Serra; -

----- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º, para efeitos do disposto nas alíneas c) e d), do nº 1 do art. 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do nº 2 e 9º do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e do nº 6 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, **sugiro que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que, nas zonas das freguesias do concelho, onde estão inseridos os artigos urbanos, com afetação industrial, identificados no anexo à presente proposta o qual contém também a estimativa da respetiva despesa fiscal, seja minorada em 30% a taxa do imposto municipal sobre imóveis que vier a ser fixada para 2014, a liquidar em 2015, relativa aos mesmos prédios urbanos, cumprido que seja o prazo estabelecido no nº 3 do art. 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, como medida de combate à desertificação, no concelho de Pampilhosa da Serra.**

----- Mais proponho que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4º do art. 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.5 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem

- Proposta do Senhor Presidente

----- Dispõe a Lei das Comunicações Eletrónicas (aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/02, atenta a sua última alteração decorrente da entrada em vigor da Lei nº 51/2011, de 13 de setembro), no seu artigo 106º que: -----

----- “(...) -----

----- 2 – Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a qual obedece as seguintes princípios: -----

----- a) a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; -----

----- b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.-----

----- 3 - Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo incluem nas faturas dos clientes finais de comunicações eletrónicas acessíveis ao público e em local fixo, e de forma expressa, o valor da taxa a pagar. -----

----- (...) " -----

----- Assim, considerando que o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3/09, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 1/11 refere a al. m) do seu art. 14º que constituem receitas dos municípios (entre outras) "Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios"; nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea b), do nº 1 do art. 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a fixação do percentual relativo à taxa municipal de direitos de passagem em 0,25%, para o ano de 2014 a aplicar em 2015. -----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art. 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.6 - Carta da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - Cofinanciamento dos EPI para corporações de bombeiros

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar da Ordem de Trabalhos o assunto supramencionado, a fim de solicitar esclarecimentos à CIM - Região de Coimbra.

2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1 - Trilhos do Zêzere

- Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos - 21/09/2014



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma comunicação da empresa Trilhos do Zêzere, Lda, a informar que vai levar a efeito no dia 21 de setembro de 2014, em Fajão, concelho de Pampilhosa da Serra, um evento no âmbito do Circuito Aldeias do Xisto em Carrinhos de Rolamentos e CNCR 2014, pelo que, solicita o licenciamento para o encerramento da estrada municipal assinalada no mapa em anexo, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de Março. Mas requer a isenção da taxa do referido licenciamento, uma vez que o evento é promoção turística de Pampilhosa da Serra. -----

----- Relativamente ao assunto supra, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, que informa que nada obsta à emissão da Licença desde que sejam reunidas todas as condições de acordo com os pareceres das entidades auscultadas, nomeadamente a GNR. -----

----- Mais informa que de acordo com o regulamento geral de taxas municipais do Município de Pampilhosa da Serra, o referido evento não poderá ser isento de taxas. Contudo, a firma propõe-se estimular, na área do Município de Pampilhosa da Serra, as atividades locais de interesse e mérito económico, social e cultural, pelo que, entendem os serviços estarem reunidas todas as condições e que poderá o Licenciamento de Ocupação da Via Pública ser isento de acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 8º e a alínea c) do nº 3 do artº 8º do regulamento acima citado. Deixando à consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, tendo em conta o teor da informação dos serviços de Secretaria e isentar do pagamento de taxas. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 - Motor Clube de Guimarães

- Rali TT Pinhais do Zêzere - 11 e 12 de outubro de 2014

----- Foi presente uma carta do Motor Clube de Guimarães a requerer o licenciamento para a realização de uma Prova do tipo Rali Todo-o-Terreno. Mais informa que a prova terá a sua base em Pampilhosa da Serra, nos dias 11 e 12 de outubro e desenrolar-se-á também no concelho de Góis, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, onde a prova terminará, percorrendo caminhos florestais e rurais, reduzindo ao mínimo possível a utilização das estradas nacionais e municipais. A designação oficial da prova será "Rali T.T Pinhais do Zêzere". -----

----- Em anexo juntam os pareceres emitidos pelas entidades envolvidas, bem como o Regulamento da Prova. -----

----- Relativamente ao assunto supra, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria a informar que nada obsta à emissão de parecer, pelo que submete à



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade dar parecer favorável à realização do referido evento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 – Município de Vila Nova de Poiares

- XXV Feira Nacional – POIARTES 2014
- Ratificação de decisão

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a decisão superiormente tomada no devido tempo, relativamente à autorização do licenciamento e isenção de taxas de afixação de publicidade nas artérias principais de Pampilhosa da Serra, para o evento supra mencionado, tendo em conta as datas apresentadas e a realização do evento constantes do ofício do Município de Vila Nova de Poiares. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.4 – Proposta tendente à alienação de terreno para construção de edifício de comércio e/ou serviços, sito na Quinta de S. Martinho, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação da Comissão de análise do concurso supra mencionado, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em conta o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, em onze de julho de dois mil e catorze, no sentido de ser aberto concurso, na modalidade de hasta pública, para alienação de terreno para construção de edifício de comércio e/ou serviços, sito na Quinta de S. Martinho, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Decorridos que foram os trâmites inerentes ao referido procedimento, os elementos da Comissão designada para o efeito, por julgarem estar cumpridas as disposições constantes do Programa de Procedimento que o permitem, conforme fundamentação constante na ata anexa, e nos termos da Cláusula 11ª do Programa de Procedimento, **entendem dever propor a adjudicação definitiva da alienação de terreno para construção de edifício de comércio e/ou serviços, sito na Quinta de S. Martinho, a António Abílio Ramos Simões, residente na rua José Augusto Veiga Nunes de Almeida, Lote 9 A, 3320-206 Pampilhosa da Serra, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra.** -----

----- A alienação do prédio urbano, será formalizada mediante celebração de escritura de compra e venda, outorgada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após notificação da adjudicação definitiva.

----- Sugere-se ainda, a dispensa de audiência dos interessados, nos termos do artigo 103º do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

CPA, tendo em conta que os elementos constantes do procedimento conduzem a uma decisão favorável ao interessado." -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 - Pavilhão, sito na Zona Industrial de Portela de Unhais - Arrendamento da Fração A - Élia Madalena Maia Pereira

----- Tendo em conta que deu entrada nos Serviços desta Autarquia um requerimento subscrito por Élia Madalena Maia Pereira, onde solicita a alteração do processo existente nesse Câmara Municipal relativo ao arrendamento de um Pavilhão na Zona Industrial de Portela de Unhais para a firma ÉLIA PEREIRA - Unipessoal, Lda, com o NIPC 513144927, com sede em portela de Unhais, Unhais-o-Velho; -----

----- Face ao teor da informação dos Serviços Jurídicos e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o solicitado, salvaguardando-se que a sociedade cumpra na íntegra o disposto na candidatura apresentada, em 27/12/2013, em nome individual e no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do Pavilhão em causa, atento também o prazo de 10 dias para apresentação de toda a documentação necessária à celebração do contrato de arrendamento da referida Fração A. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.2 - Retificação aos Estatutos da Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata - Proposta do Sr. Presidente

----- Considerando que, por deliberação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, tomada em reunião ordinária realizada em 30/03/2010 e por deliberação da Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada em 09/04/2010, o Município de Pampilhosa da Serra foi legalmente autorizado a integrar a Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata. Naquelas reuniões/sessão foi designado como representante legal do Município o Presidente da Câmara José Alberto Pacheco Brito Dias. -----

----- Contudo, atento o processo de reconhecimento da Fundação, e já que estou designado para exercer as funções de administrador, no Conselho de Administração daquela Fundação, a título individual, foi deliberado em reunião de Câmara de 11/01/2011 designar o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Jorge Alves Custódio, como representante legal do Município na Fundação, tendo sido deliberado em reunião de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

27/09/2011, concede-lhe poderes para a assinatura da escritura de retificação dos Estatutos daquela Fundação. -----

----- Assim, tendo ainda em conta o processo de reconhecimento da Fundação em questão, atentas as disposições legais constantes na nova Lei-Quadro das Fundações e as orientações da Secretaria Geral da Presidência do Concelho de Ministros, torna-se necessário proceder a uma nova retificação dos Estatutos, conforme consta do Documento em anexo, importando clarificar que o Sr. Vice-Presidente mantém-se como representante legal do Município na Fundação José Fernando Nunes Barata e conceder-lhe poderes para outorgar a respetiva escritura pública de retificação, atento o disposto no n.º 11 do artigo 7º dos Estatutos. -----

----- Mais se propõe que, após análise, seja aprovada a retificação aos estatutos da Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata, em sede dos órgãos executivo e deliberativo camarário. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, aprovou por unanimidade, a retificação aos estatutos da Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata. -----

----- Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal, para aprovação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.4 - RECURSOS HUMANOS

2.4.1 - Horário de Trabalho

----- Foi presente uma Informação do Senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor: --

----- "JOSÉ ALBERTO PACHECO BRITO DIAS, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Pampilhosa da Serra: -----

----- O Tribunal Constitucional (TC) decidiu, em novembro do ano passado, que as normas do aumento do horário de trabalho na Função Pública das 35 para as 40 horas semanais não eram inconstitucionais, mas deixou em aberto a possibilidade de as autarquias decidirem manter os horários de 35 horas através de negociação de acordos coletivos de trabalho com os sindicatos. -----

----- Após negociação com o STAL, foi presente um projeto de Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública entre o Município de Pampilhosa da Serra e o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins. -----

----- Basicamente, este Acordo vai manter o horário de trabalho nas 35 horas semanais. -----

----- É entendimento mantes este horário, uma vez que: -----

----- - Face à experiência acumulada na organização dos tempos de trabalho que ao longo de tantos anos têm sido praticados e aos encargos previsíveis, decorrentes de uma organização



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

tendente ao aumento dos horários de trabalho, que, como vários estudos têm demonstrado, em nada contribuirá para o aumento da produtividade; -----

----- - Que da manutenção dos horários de trabalho que têm sido praticados até à data não advém qualquer prejuízo para a prestação de serviços públicos ou para a salvaguarda do interesse público; -----

----- - Uma reorganização dos tempos de trabalho pode originar grandes convulsões e até prejuízos para o funcionamento dos serviços e também para a organização familiar e pessoal dos trabalhadores; -----

----- - Será assim, o processo mais eficiente e digno para ambas as partes, quer em ordem à preservação dos direitos dos trabalhadores, quer também porque será o que melhor corresponde a uma mais racional gestão dos recursos humanos. "-----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal tomou conhecimento e concordou com o teor do projeto de Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública negociado. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

3.1.1 - Reabilitação do Lavadouro de Vidual _ Liberação de caução_Receção definitiva

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- "Em 21/08/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial foi efetuado um depósito no montante de 3.273,00 € através da guia de recebimento nº 275 datada de 31/07/2008. -----

----- Para reforço de caução foi retida a quantia de 3.273,00 € aquando do pagamento dos autos de medição. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e devolvido o montante de 6.546,00 €. -----

----- À consideração superior." -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Execução de um Açude em Ponte de Pisão _ Liberação de caução_Receção definitiva

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- *"Em 21/08/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----*

----- *Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----*

----- *Para cumprimento do contrato inicial foi efetuado um depósito no montante de 1.043,25 € através da guia de recebimento nº 370 datada de 15/11/2007. -----*

----- *Para reforço de caução foi retida a quantia de 1.043,25 € aquando do pagamento dos autos de medição. -----*

----- *Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e devolvido o montante de 2.086,50 €. -----*

----- *À consideração superior." -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Revestimento de valetas na Estrada Municipal entre Cruz Cabril e Cruzamento de Casal da Lapa _ Liberação de caução_Receção definitiva

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- *"Em 21/08/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----*

----- *Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----*

----- *Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº 125-02-1380523, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A., em 08/07/2008 no valor de 1.125,15 €. -----*

----- *Para reforço de caução foi retida a quantia de 1.125,15 € aquando do pagamento dos autos de medição. -----*

----- *Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo, libertada a garantia bancária nº 125-02-1380523, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A., em 08/07/2008 no valor de 1.125,15 € e devolvido o montante 1.125,15 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.4 – Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Construção de um Reservatório de 40 m3 de capacidade em Portela de Unhais

- Adjudicatário: Eduardo Luís Correia

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Aquando do pagamento dos trabalhos relativos à execução do reservatório de Portela de Unhais, foi retida a quantia de 411,51 €, correspondente a 5% do valor do auto. -----

----- A empreitada em questão decorreu ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 405/93 de 10 de dezembro. -----

----- O auto de receção provisória nunca foi assinado, não tendo o empreiteiro alguma vez solicitado a receção provisória dos trabalhos nem o Município promovido a vistoria para o efeito. --

----- Contudo, existe uma informação dos serviços do Município, datada de julho de 1998 onde é referido que os trabalhos se encontravam corretamente concluídos, podendo considerar-se essa a data de receção provisória. -----

----- Desde o término – “receção provisória” – até à presente data, não se registou qualquer anomalia, tendo decorrido um prazo superior a um ano. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 210º do Decreto-Lei nº 405/93 de 10/12, “Decorrido o prazo de um ano, contado da data da receção provisória da obra, salvo o previsto no nº 4, serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á, pela forma própria, a extinção da caução prestada”.-----

----- Como se pode constatar, estão reunidas as condições necessárias e suficientes para ser libertada a garantia existente no montante de 411,51 € e recebida definitivamente a empreitada.-----

----- De salientar que o adjudicatário Eduardo Luís Correia faleceu a 01/04/1999, tendo sido solicitado parecer aos serviços jurídicos se o montante a devolver será pago aos herdeiros ou outros ou se reverterá a favor do Município. -----

----- Pelos citados serviços jurídicos foi referido que o dever de devolução não se encontra prescrito, já que se rege pelo disposto no artigo 305º do Código Civil e como tal o citado prazo é de 20 anos. -----

----- Mais foi referido que a devolução deverá ser efetuada à Cabeça de Casal da Herança de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Eduardo Luís Correia, D. Maria Laurinda dos Santos Marques Correia. -----

----- Deste modo e em cumprimento da legislação pela qual se regeu a citada empreitada, propõe-se que seja restituída a quantia de 411,51 €. -----

----- À consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.5 – Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Construção de um Reservatório de 40 m3 de capacidade em

-Machialinho

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Aquando do pagamento dos trabalhos relativos à execução do reservatório de Machialinho, foi retida a quantia de 411,51 €, correspondente a 5% do valor do auto. -----

----- A empreitada em questão decorreu ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 405/93 de 10 de dezembro. -----

----- O auto de receção provisória nunca foi assinado, não tendo o empreiteiro alguma vez solicitado a receção provisória dos trabalhos nem o Município promovido a vistoria para o efeito. --

----- Contudo, existe uma informação dos serviços do Município, datada de julho de 1998 onde é referido que os trabalhos se encontravam corretamente concluídos, podendo considerar-se essa a data de receção provisória. -----

----- Desde o término – “receção provisória” – até à presente data, não se registou qualquer anomalia, tendo decorrido um prazo superior a um ano. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 210º do Decreto-Lei nº 405/93 de 10/12, “Decorrido o prazo de um ano, contado da data da receção provisória da obra, salvo o previsto no nº 4, serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á, pela forma própria, a extinção da caução prestada”.-----

----- Como se pode constatar, estão reunidas as condições necessárias e suficientes para ser libertada a garantia existente no montante de 411,51 € e recebida definitivamente a empreitada.----

----- De salientar que o adjudicatário Eduardo Luís Correia faleceu a 01/04/1999, tendo sido solicitado parecer aos serviços jurídicos se o montante a devolver será pago aos herdeiros ou outros ou se reverterá a favor do Município. -----

----- Pelos citados serviços jurídicos foi referido que o dever de devolução não se encontra prescrito, já que se rege pelo disposto no artigo 305º do Código Civil e como tal o citado prazo é de 20 anos. -----

----- Mais foi referido que a devolução deverá ser efetuada à Cabeça de Casal da Herança de Eduardo Luís Correia, D. Maria Laurinda dos Santos Marques Correia. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Deste modo e em cumprimento da legislação pela qual se regeu a citada empreitada, propõe-se que seja restituída a quantia de 411,51 €. -----

----- À consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 – OBRAS PARTICULARES

3.2.1 – Vistoria a edifício em mau estado em Pampilhosa da Serra

- Processo Vist. Diversas n.º 04/2013

- Registo n.º -/2014

- Carlos Manuel dos Santos Nunes

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras – Obras Particulares, do seguinte teor: -----

----- “O proprietário do imóvel em mau estado sito na Travessa de São Pedro, n.º 5, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, foi notificado do teor do relatório final de vistoria em 12/02/2014, em ato de notificação presencial pela Guarda Nacional Republicana, que acompanhava o ofício n.º 0376, datado de 24/01/2014, no qual lhe foram impostas obras de correção das anomalias verificadas. -----

----- Findo o prazo determinado para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, relativos à demolição do paramento do alçado posterior até ao limite onde se situou o pavimento do piso superior, bem como o cunhal entre o referido alçado e o alçado lateral esquerdo, com a consolidação e estabilização do remanescente, pela fixação ou remoção das telhas soltas do beirado do alçado principal, ou, em caso de remoção, com a consolidação do topo do paramento, e à correção da moldura em pedra existente numa das portas do referido alçado, verificou-se que o proprietário não executou os mesmos, tendo o mesmo sido notificado em 26/05/2014, em ato de notificação presencial pela Guarda Nacional Republicana, do teor do ofício n.º 2031, datado de 02/05/2014, para no prazo de dez dias úteis proceder à execução dos referidos trabalhos. -----

----- Decorrido que foi o prazo para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, acrescido dos dez dias acima referidos, sem que o proprietário tenha executado os mesmos, procedeu-se à elaboração de um orçamento tendo por base a tabela de preço/hora de máquinas e viaturas, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 05/05/2004, e os valores atuais dos encargos diários deste Município com o pessoal a afeto aos trabalhos a realizar, tendo-se obtido o valor de 2.213,18 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme orçamento anexo ao presente processo. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Em sede de audiência prévia, foi o proprietário notificado em 30/07/2014, em ato de notificação presencial pela Guarda Nacional Republicana, do teor do ofício n.º 3161, datado de 08/07/2014, da intenção do Município para tomada de posse administrativa do imóvel para a execução coerciva das obras, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), e do custo dos trabalhos a realizar. -----

----- De referir que durante o prazo de audiência prévia, não se ter o proprietário pronunciado. -

----- Pelo exposto, decorrido que foi o prazo de audiência prévia e após conhecimento da não realização dos trabalhos impostos, de acordo com a informação prestada pelos serviços de fiscalização deste Município, após deslocação ao local, entende-se que deverá ser determinada a posse administrativa do imóvel em ruínas e a execução coerciva das obras de demolição do paramento do alçado posterior até ao limite onde se situou o pavimento do piso superior, bem como o cunhal entre o referido alçado e o alçado lateral esquerdo, com a consolidação e estabilização do remanescente, de fixação ou remoção das telhas soltas do beirado do alçado principal, ou, em caso de remoção, com a consolidação do topo do paramento, e de correção da moldura em pedra existente numa das portas do referido alçado, de acordo com o disposto no art.º 107.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, por força do n.º 2 do art.º 91.º do referido diploma. -----

----- Mais se propõe que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com orçamento apenso ao presente processo de vistorias diversas, cujo valor é de 2.213,18 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, seja aplicado o disposto no art.º 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03. -----

----- À consideração superior. " -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços Técnicos de Obras - Obras Particulares. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - EDUCAÇÃO

4.1.1 - Proposta de Protocolo de Cooperação a estabelecer entre o Município de Pampilhosa da Serra e a DGEstE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, tendo em vista a implementação de medidas de apoio aos formandos



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

que frequentam o Curso Técnico Instalador de Sistemas Eólicos e que careçam de alojamento na Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra

- Proposta da Senhora Vereadora Alexandra Tomé

----- Tendo em conta que em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 27/08/2013, foi deliberado incentivar a inscrição de alunos no Curso Profissional de Técnico de Energias Renováveis - Variante de Sistemas Eólicos, que teve início em setembro do ano transato, mediante o apoio às mensalidades dos alunos que se inscrevessem naquele Curso e que necessitassem de alojamento na Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra; -----

----- Considerando que, foi concedida autorização para o alojamento de seis formandos na citada Residência, que frequentaram o Curso supracitado, de setembro de 2013 a julho de 2014 - ano letivo 2013/2014, e de setembro a dezembro de 2014 - 1º período do ano letivo 204/2015, considerando o valor mensal de 209,61 €/formando, para o ano letivo 2013/2014; -----

----- Foi elaborada, de comum acordo com a DGEstE, a minuta de Protocolo a celebrar entre as duas entidades, no sentido de o Município de Pampilhosa da Serra proceder à transferência de verba no valor previsional de 17.816,85 €, até dezembro de 2014, destinada a suportar os custos com o alojamento dos referidos formandos na Residência de Estudantes, a qual se submete à aprovação do Órgão Executivo Camarário. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do citado protocolo e conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - AÇÃO SOCIAL

4.2.1 - Processos Ação Social Escolar

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- " No âmbito da Ação Social Escolar e após análise de todos os processos/pedidos apresentados, junto se remete a tabela com as propostas de apoio para cada aluno. -----

----- À consideração superior." -----

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2014/2015



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Nº	Nome do Aluno	Nome dos Pais	Alim	2014/ 2015	Transp	2014/ 2015	Obs.
17	Adriana Isa Carvalho Gonçalves	Adriano Mota Gonçalves Gina Maria Neves de Carvalho	X	Indef.			
109	Afonso Costa Alegre	Marco Alexandre Duarte Alegre Gina Maria Garcia Costa	X	50%			
140	Alexandre Caetano Henrique	António Rosa Henriques Cecília Maria Caetano A. Henriques			X	Indef	
139	Alexia Cristina Garcia Pereira	Carlos Manuel Gaspar Pereira Lúcia Cristina Antunes Garcia	X	Isenção			
83	Ana Beatriz Marques Ferreira	Arlindo Pessoa Ferreira Ilda Maria Marques Figueira	X	Isenção			CAT
99	Ana Cristina Garcia do Jogo	António Augusto Fernandes do Jogo Maria Filomena dos Santos Garcia			X	Isenção	
145	André Jesus Almeida	Joel dos Santos Almeida Cecília Maria de Jesus M. Almeida	X	50%			
154	André Miguel Santos Dias	Paulo Roberto Alexandre Dias Sofia Isabel Martins dos Santos	X	Indef.			
156	Bastien Pereira	Celina Cristela Gonçalves Pereira	X	Isenção			
148	Beatriz Dias Almeida	Paulo Manuel Diogo Almeida Anabela Fernandes Dias	X	Indef.			
150	Beatriz Mota Ladeira	Vítor Manuel Gonçalves Ladeira Idalina Albino Mota Ladeira	X	Indef.			
100	Beatriz Tomás Almeida	Tiago Miguel Martins Almeida Paula Sofia Batista Tomás	X	Indef.			
173	Bianca Diogo Clemente	Marco Diogo Teles Micaela Isabel Clemente Matos	X	Isenção			
11	Bianca dos Santos Simões	Paulo Alexandre Gaspar Simões Sónia Patrícia Santos de Matos	X	50%			
85	Carlos Alexandre de Melo Gomes	João Gomes Francisco Teresa Maria de Melo Macedo			X	Isenção	CAT
80	Carolina Alexandra Oliveira Rodrigues	Paulo Jorge Moura Rodrigues Rita Alexandra Oliveira Abrantes	X	Isenção			CAT
78	Carolina Gomes Gaspar	Américo Fernandes Gaspar Carla Patrícia Tomé Gomes	X	Isenção			
127	Daniela	Manuel de Jesus Antunes Luís			X	50%	



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

	Alexandra Costa Antunes	Costa Sílvia Patrícia Garcia Costa Luís					
61	Daniela Filipa Nunes Custódio	Paulo Manuel Batista Custódio Maria Fernanda Baraço Nunes	X	50%			
89	Daniela Sofia Gonçalves Almeida	Paulo Jorge Martins Almeida Gonçalves Andreia Maria Dias Almeida Gonçalves	X	Indef.			
172	Diana Diogo Clemente	Marco Diogo Teles Micaela Isabel Clemente Matos	X	Isenção			
151	Diana Margarida Leitão Martins	Laurindo das Neves Martins Carla Maria Leitão Pereira	X	Isenção			
5	Eliana Maria Paulo Lopes	César Esteves Lopes Bina Maria Lopes Paulo	X	50%			
69	Fábio Alexandre Pereira Reis	João Paulo Nunes Almeida Reis Fernanda Maria Pereira Alves Reis			X	50%	
84	Filipa Marina Fernandes Martins TRANSFERIDA	Armindo Rodrigues Martins Rosa Maria Garcia Fernandes Martins			X	Isenção	CAT
178	Francisco Ferreira	Ana Paula Fernandes Ferreira	X	Isenção			
130	Gonçalo de Jesus Costa Antunes	Manuel de Jesus Antunes Luís Costa Sílvia Patrícia Garcia Costa Luís	X	50%			
149	Guilherme Fernandes Gonçalves	Nuno Miguel Almeida Gonçalves Sónia Luísa Monsanto Fernandes	X	Indef.			
144	Henrique Ramos de Lima	Horácio António da Silva de Lima Patrícia Isabel Gonçalves Ramos	X	Isenção	X	Isenção	
16	Íris Mendes Dias	Luís Miguel Fernandes Dias Carla Sofia Madeira Mendes Dias	X	Isenção			
20	Iúri Daniel Wolter	Francisco Micael Kollande Natalie Jennifer Wolter	X	Isenção			
77	João Costa Pereira	José Luís Dias Pereira Sofia Gomes	X	50%			
1	João Silvino Ferreira Martins	Miguel Ramos Martins Idalina Maria Fernandes Ferreira	X	Isenção			
18	Lara Sofia Henriques	Francisco dos Santos Oliveira Maria de Fátima Marques	X	50%			



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

	Oliveira	Ferreira					
26	Lourenço Dias Peixoto	Mário alberto Oliveira Peixoto Maria Lurdes Roque Dias Peixoto			X	50%	
65	Mafalda Duarte Gaspar	António Santos Gaspar Patrícia Anunciação Duarte B. Gaspar	X	Indef.			
176	Mafalda Inês Batista Monsanto	Jorge Manuel Martins Monsanto Nidia Paula Santos Batista	X	Indef.			
24	Maria Inês Almeida Costa Dias	José António Almeida Costa Dias Maria Odete Costa Dias Almeida	X	Indef.			
103	Mariana Alves Monteiro	Paulo Jorge Dias Monteiro Ana Paula Machado Alves	X	50%			
19	Mariana Daniel Rodrigues	Sérgio Daniel Caria Rodrigues Andreia Marina Daniel B. Rodrigues	X	Indef.			
41	Marta Filipa Domingos Augusto	Vítor Manuel Fernandes Augusto Célia Maria Domingos Tomé	X	Indef.			
57	Melanie Cardoso Pereira	Carlos Alberto Costa Pereira Sandra Maria Cardoso F. Pereira	X	Indef.			
15	Miriam Mendes Dias	Luís Miguel Fernandes Dias Carla Sofia Madeira Mendes Dias	X	Isenção			
86	Pedro Miguel Lopes Ferreira	Pedro Miguel da Silva Ferreira Camões Cláudia Cristina Lopes Rosa Santos	X	Isenção			CAT
146	Pedro Nunes Arrieche	Luís Philippe Nunes Daniel Nohélia Georgina Arrieche	X	50%			
56	Rodrigo Alexandre Lopes Almeida TRANSFERIDO	Armando Brás Almeida Carla Sofia Mendes Lopes Almeida			X	-----	
7	Rodrigo Joaquim Ramos Domingos	Joaquim Torgal Domingos Juliana Maria Gonçalves Ramos	X	Indef.			
76	Rodrigo José Martins Costa	Cristiano Mendes Costa Lucília Maria Martins Pinto Freitas	X	50%			
95	Rowan Paul Van Maaren Lowson	Jeroen Van Maaren Andrea Jane Lowson	X	Isenção			



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

123	Ruben Alexandre Cruz Ferreira	Jorge António Gomes Ferreira Madalena Alexandra Cruz Ferreira	X	Isenção			
38	Sabrina Antunes Gonçalves	Hélder Gaspar Gonçalves Patrícia Gama Antunes Gonçalves	X	50%			
55	Sara Cristina Lopes Almeida	Armando Brás Almeida Carla Sofia Mendes Lopes Almeida			X	Isenção	
166	Sara Filipa Almeida Batista	Nuno Manuel Cruz Batista Alexandra Sofia Marcelino Almeida	X	Isenção			
108	Sara Marina Almeida Miguel	Vítor Manuel Ferreira Miguel Ana Celestina Correia de Almeida	X	Isenção			
155	Simão António Monsanto Roque	António Manuel Alves Roque Florinda Brito Monsanto	X	Indef.			
152	Tânia Patrícia Leitão Martins	Laurindo das Neves Martins Carla Maria Leitão Pereira	X	Isenção			
153	Tatiana Mota Alves	António de Jesus Alves Maria Odete Albino Mota Alves	X	50%			
143	Tiago Miguel Almeida Neves	Armando Brás Neves Maria Helena Almeida Tomé	X	Isenção			
110	Tomás André Dias Repolho Santos	João Paulo Repolho Santos Maria Alexandra Gaspar Dias Santos	X	Isenção			
157	Vitória Pereira Dias	Paulo Alexandre Gaspar Dias Élia Madalena Maia Pereira	X	Indef.			

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.2 - Apoio à Habitação - Informação Social

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social em que, no âmbito do Acompanhamento Social que vem sendo efetuado a um Agregado Familiar, remete uma Informação Social, para que seja avaliada a possibilidade de apoio ao referido agregado ao nível de uma solução de habitação. -----

----- A Câmara Municipal, após análise e face ao teor da Informação Social em anexo, no âmbito das atribuições e competências que lhe são cometidas pelo art. 2º, do nº 2 do artigo 3º, das alíneas e), h) e i) do art. 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, atenta a urgência da situação, deliberou por unanimidade arrendar ao Agregado Familiar



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

de Carlos Manuel Gaspar Pereira, um imóvel propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, afeto à habitação, sito em Trinhão, freguesia de Portela do Fojo-Machio, composto de 1 piso e de três divisões, com área coberta de 115 m² e descoberta de 230 m³, inscrito na matriz predial da Portela do Fojo-Machio, sob o art. 1275. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




